

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

ADENDO DA PAUTA Nº 03/2017

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais e com base nos termos da Resolução nº. 005/2007 do Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça, adita a Pauta nº 03/2017, do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, publicada no Diário da Justiça Eletrônico do dia 23/02/2017, com Sessão Ordinária prevista para o próximo dia 07 de março do ano em curso, terça-feira, a partir das 14:00 horas, na Sala das Sessões da Sede do Ministério Público do Estado da Bahia, situada à 5ª Avenida, nº. 750 – Centro Administrativo da Bahia – CAB, nesta Capital, para apreciação da seguinte ordem do dia:

4. RELATORIA DE PROCEDIMENTOS:

RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA CLEONICE DE SOUZA LIMA:

- 4.167. Procedimento Ministerial nº 608.0.182436/2013, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 4.168. Inquérito Civil nº 003.0.64255/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 4.169. Procedimento Ministerial nº 003.0.234654/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa - GEPAM;
- 4.170. Procedimento Ministerial nº 682.0.183040/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Caetité;
- 4.171. Inquérito Civil nº 003.0.199813/2015, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;
- 4.172. Procedimento Ministerial nº 001.0.207685/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 4.173. Inquérito Civil nº 003.0.142571/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 4.174. Procedimento Ministerial nº 696.0.242798/2016, da 3ª Promotoria de Justiça de Candeias;
- 4.175. Inquérito Civil nº 702.0.219357/2014, da 4ª Promotoria de Justiça de Jacobina;
- 4.176. Procedimento Ministerial nº 035.0.100869/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Cachoeira;
- 4.177. Procedimento Ministerial nº 003.0.258960/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;
- 4.178. Inquérito Civil nº 167.0.230713/2015, da Promotoria de Justiça Regional Especializada em Meio Ambiente, com sede em Mata de São João;
- 4.179. Inquérito Civil nº 608.0.214962/2012, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 4.180. Inquérito Civil nº 167.0.97675/2015, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João;
- 4.181. Inquérito Civil nº 003.0.151561/2012, da 2ª Promotoria de Justiça do

Consumidor;

4.182. Inquérito Civil nº 003.0.19737/2016, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor.

RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA MARILENE PEREIRA MOTA:

4.183. Inquérito Civil nº 001.0.10228/2014, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

4.184. Inquérito Civil nº 013.0.204532/2012, da Promotoria de Justiça de Antas;

4.185. Procedimento Ministerial nº 035.0.17659/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Cachoeira;

4.186. Inquérito Civil nº 003.0.72342/2011, da 6ª Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo;

4.187. Procedimento Ministerial nº 190.0.65695/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Nazaré;

4.188. Inquérito Civil nº 003.0.7273/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

4.189. Inquérito Civil nº 003.0.202080/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

4.190. Inquérito Civil nº 003.0.77727/2010, da 6ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente;

4.191. Inquérito Civil nº 692.0.130796/2012, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Guanambi;

4.192. Procedimento Ministerial nº 608.0.48820/2010, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

4.193. Inquérito Civil nº 156.0.56918/2014, da Promotoria de Justiça de Maracani;

4.194. Inquérito Civil nº 709.0.199795/2010, da 1ª Promotoria de Justiça de Simões Filho;

4.195. Procedimento Ministerial nº 644.0.128211/2011, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;

4.196. Inquérito Civil nº 698.0.159018/2010, da 6ª Promotoria de Justiça de Irecê;

4.197. Inquérito Civil nº 708.0.161218/2012, da 6ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;

4.198. Inquérito Civil nº 592.0.164574/2014, da 4ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;

4.199. Inquérito Civil nº 592.0.22604/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;

4.200. Procedimento Ministerial nº 608.0.220050/2012, da 5ª Promotoria de Justiça de Jequié;

4.201. Procedimento Ministerial nº 591.0.84101/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;

4.202. Inquérito Civil nº 596.0.27095/2012, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;

4.203. Procedimento Ministerial nº 596.0.26785/2011, da 17ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;

4.204. Procedimento Ministerial nº 596.0.26819/2011, da 17ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;

- 4.205. Inquérito Civil nº 705.0.62927/2016, da 6ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;
- 4.206. Procedimento Ministerial nº 003.0.131065/2013, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental com sede em Vitória da Conquista;
- 4.207. Inquérito Civil nº 674.0.66200/2013, da 5ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 4.208. Inquérito Civil nº 003.0.36809/2011, da 5ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 4.209. Procedimento Ministerial nº 003.0.104264/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 4.210. Procedimento Ministerial nº 001.0.146158/2011, da 2ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 4.211. Inquérito Civil nº 147.0.121816/2008, da Promotoria de Justiça de Lapão;
- 4.212. Procedimento Ministerial nº 001.0.72064/2015, da 2ª Promotoria de Justiça de Ilhéus.

5. O QUE OCORRER.

GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, 03 de março de 2017.

EDIENE SANTOS LOUSADO
Procuradora-Geral de Justiça
Presidente do Conselho Superior do Ministério Público